

VIOLÊNCIA

O assassinato do ativista conservador Charlie Kirk nos EUA e as recentes ameaças ao deputado Nikolas Ferreira reacendem o debate sobre polarização e intolerância. A esquerda já contabiliza algumas perdas, como Marcelo Arruda

Quando os extremos assustam

» DANANDRA ROCHA

A execução a tiros do influenciador conservador Charlie Kirk, nos Estados Unidos, trouxe à tona um tema que já preocupa o Brasil: a escalada da violência política. O episódio, ocorrido na última terça-feira, durante uma palestra em uma universidade em Utah, teve repercussão imediata entre lideranças nacionais e expôs como a polarização atravessa fronteiras e alimenta reações cada vez mais radicais.

No Brasil, o paralelo foi quase instantâneo. Nas redes sociais, apoiadores e críticos lembraram o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), jovem parlamentar conservador e cristão que, assim como Kirk, tem sido alvo frequente de ameaças. Na última quinta-feira, a Polícia Federal prendeu um universitário no Espírito Santo, após ele publicar mensagens prometendo “matar a tiros” o deputado. Embora liberado após assinar um termo circunstanciado, o caso reforçou o alerta sobre a vulnerabilidade de figuras públicas em um ambiente de ódio crescente.

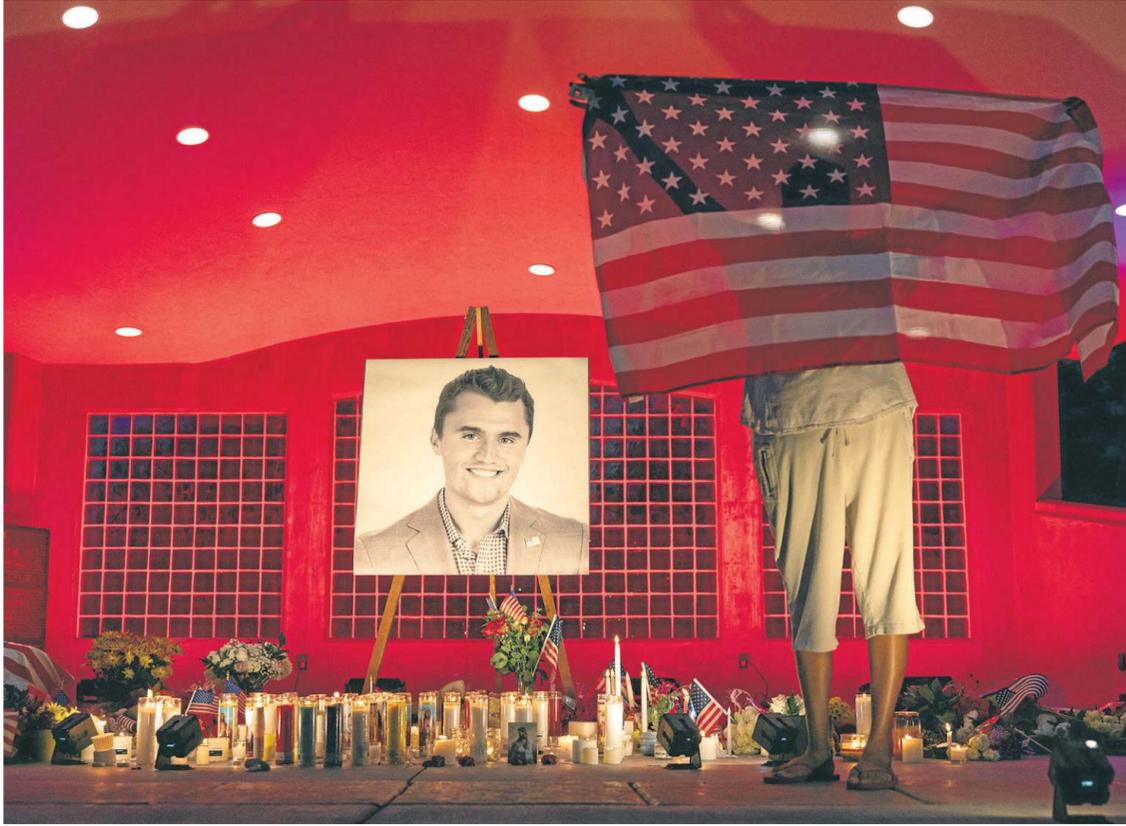
Não se trata, porém, de um problema exclusivo da direita. Em 2022, por exemplo, o guarda municipal Marcelo Arruda, militante do PT, foi assassinado a tiros durante sua festa de aniversário em Foz do Iguaçu (PR) por um apoiador de Jair Bolsonaro, Jorge José da Rocha Guarinho.

Os episódios mostram que a violência política não poupa campos ideológicos e se retroalimenta de um clima de intolerância que corrói a convivência democrática.

Reações no Congresso

Parlamentares ouvidos pelo **Correio** apontam leituras distintas sobre a origem e o impacto dessa violência. Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), a condenação deve ser incondicional. “Lamento toda e qualquer violência, independentemente de quem seja a vítima. Não podemos ter posição seletiva, toda violência política deve ser condenada”, disse a parlamentar. “Mas é negável que

AFP



Nos Estados Unidos, seguidores realizaram uma vigília em memória do influenciador no Orem City Center Park, em Orem, Utah

quem fomentou o armamentismo e o discurso de ódio foi a direita, especialmente sob a liderança de Bolsonaro”, ressaltou.

Na avaliação do deputado Reginaldo Veras (PV-DF), a polarização global alimenta o extremismo também no Brasil. “Se há violência de um lado, inevitavelmente há do outro. O que preocupa é a perda da capacidade de dialogar democraticamente. A repercussão da morte de Kirk mostra como esse extremismo já não respeita fronteiras. Se por um lado, o Nikolas diz que sofreu ameaças, o deputado Boulos sofre frequentemente, eu também já sofri.”

Do outro lado do espectro político, a percepção é de perseguição

seletiva. O líder do do Novo na Câmara, Marcel Van Hattem (RS), disse que ataques e atentados têm se concentrado em figuras conservadoras. “Basta observar os fatos: Bolsonaro foi esfaqueado, Trump escapou de um atentado, agora o caso de Kirk, eu não cheguei a tomar público, mas também tive ameaça de morte já há alguns meses. (Os recentes acontecimentos) mostram que há um esforço de desumanização da direita”.

O caso Peninha

As declarações do escritor Eduardo Bueno, o Peninha, que ironizou a morte de Kirk e chegou a mencionar as filhas pequenas do

ativista, incendiaram ainda mais o debate. Após a repercussão negativa, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) suspendeu a participação do escritor em um evento acadêmico.

“É sempre terrível, né, um ativista ser morto por suas ideias. Exceto quando é o Charlie Kirk, mataram o Charlie Kirk, aí, coitado, tomou um tiro, não sei se na cara, o Charlie Kirk, aí, é liberdade de expressão. O Charlie Kirk sabe quem é? Foi morto. Tem duas filhas pequenas, que bom pras filhas dele, né, que bom pras filhas dele, que vão crescer sem a presença de um sujeito repugnante, canalha, racista, homofóbico, ligado ao pedófilo Donald Trump”, disse Bueno na

gravação, já deletada, mas que continua circulando em perfis críticos ao historiador.

Paralelamente, a oposição reagiu duramente. O deputado Paulo Bilynskij (PL-SP), presidente da Comissão de Segurança Pública, classificou que as falas de Peninha “beiram a insanidade”. Para ele, “a origem da violência é justamente quando se desumaniza o outro. Quando se chama Bolsonaro de genocida ou pedófilo, por exemplo, cria-se na mente de muitos que ele não precisa ser preservado como vida. O mesmo ocorre no caso de Charlie Kirk, que foi retratado como alguém que não merecia existir. Esse é o perigo”, disse em entrevista ao **Correio**. O parlamentar



Lamento toda e qualquer violência, independentemente de quem seja a vítima. Não podemos ter posição seletiva, toda violência política deve ser condenada”

Maria do Rosário,
deputada (PT-RS)

apresentou representação à Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, pedindo investigação por incitação à violência.

O olhar dos especialistas

Felipe Rodrigues, mestre em ciência política pelo Cefor, alerta que a violência política brasileira está inserida em uma tendência global. “As redes sociais amplificaram o desprezo político mundialmente e criaram câmaras de eco que radicalizam posições. O risco é perdermos a noção do bem comum e naturalizarmos o ódio como linguagem da política. A política deixou de ser vista como vocação ao serviço da comunidade e virou guerra identitária. Estamos perdendo a capacidade de dialogar.”

Para o sociólogo Rudá Ricci, há ainda raízes históricas profundas. “A violência política no Brasil carrega marcas de um passado de escravidão, autoritarismo e impunidade. Somos campeões de linchamentos e feminicídios. Essa cultura se transfere para a arena política e dificulta a consolidação da democracia.”

POVOS ORIGINÁRIOS

Lula vai à TI Yanomami

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara viagem à Terra Indígena Yanomami nas próximas semanas após críticas de lideranças indígenas à gestão federal na região. A expectativa é que a visita ocorra no próximo mês, até o final de outubro, mas não há uma data fechada. Lula vai inaugurar o Centro de Referência em Saúde Indígena na comunidade de Surucucu, no centro do território, que prestará assistência médica aos ianomâmis. No início do governo, em 2023, uma grave crise humanitária no território com desnutrição, doenças infecciosas e violência causada pelo garimpo ilegal foi noticiada, obrigando o presidente a adotar medidas emergenciais.

A comunidade de Surucucu, bem como grande parte da Terra Indígena, é de difícil acesso. Em discursos recentes, Lula disse que será o primeiro presidente da República a ir até a região. “Dizem que é perigoso ir lá. Eu vou, porque aqueles indígenas estavam no Brasil antes de os portugueses chegarem aqui, então nós temos a obrigação de tratá-los com respeito. Eles são brasileiros, e o presidente da República tem que estar lá com eles”, afirmou Lula durante o lançamento do programa Gás do Povo, em Belo Horizonte, no dia 4 de setembro. Foi a primeira vez que ele comentou sobre a viagem. Questionada sobre o compromisso, a Secretaria de Comunicação

Social (Secom) não deu detalhes, e respondeu que as informações são divulgadas após a confirmação.

O governo intensificou ações na Terra Yanomami após reclamações das lideranças indígenas. Em julho, sete representantes de entidades enviaram ao governo uma carta cobrando os detalhes sobre a inauguração do centro de saúde, maior participação dos ianomâmis na tomada de decisão, a aplicação de medidas para combater a contaminação por mercúrio — metal tóxico usado no carimbo — e falta de transparência dos dados da saúde.

“Nós, lideranças das Associações, sofremos com a falta de informações transparentes sobre os dados de saúde da Terra Indígena Yanomami, sobre a contratação de funcionários e agentes indígenas de Saúde e sobre as avaliações periódicas de desempenho dos profissionais de saúde, que deveriam ser encaminhadas pela gestão sediada em Brasília”, diz o texto. “Além disso, não há informações sobre o ‘Centro de Saúde’ em Surucucu, fruto da ação da Central Única das Favelas (Cufa), Frente Nacional Antirracista com o apoio da sociedade civil, de empresas e do Governo Federal. Não sabemos seu nível de complexidade no atendimento, sua abrangência territorial, sua data de inauguração, e sua previsão de recebimento de materiais hospitalares e suprimentos. Não sabemos nem mesmo o nome do empreendimento!”, acrescenta. A carta foi assinada no dia 18 de julho.

Nelson Almeida/ AFP



Indígenas Yanomamis aguardam para tratamento de saúde em Boa Vista. Lula promete visitá-los

Desde então, o governo federal intensificou as ações. Em 6 de setembro, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visitou o Centro de Saúde e marcou o início dos atendimentos na estrutura. Segundo a pasta, com investimento de R\$ 29 milhões, o local terá uma equipe de 164 pessoas, sendo 114 profissionais da saúde, com capacidade para acolher até 120 pacientes e seus acompanhantes de uma vez. Ele atenderá 10 mil indígenas de 60 comunidades da região. Na visita, Padilha disse ainda que o governo quer construir mais estruturas. “O

nosso compromisso é superar de vez o risco de genocídio que passou o povo Yanomami. Vamos entregar outras duas unidades até o final do próximo ano, além da reestruturação da Casai (Casa de Saúde Indígena) em Boa Vista e da parceria com o Hospital Universitário”, disse o ministro.

Desafios presentes

O Ministério da Saúde destaca que houve redução no número de mortes após a intervenção do governo federal. Foram 33% menos

óbitos no geral no primeiro semestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2023, no auge da crise. Também caíram em 45% as mortes por doenças respiratórias, em 65% por malária e em 74% por desnutrição. Porém, ainda há desafios. O número de casos de malária aumentou cerca de 10% em 2024 em relação a 2023, com 33 mil registros. O valor é maior do que a população do território, de 32 mil habitantes, mas casos de reincidência são comuns. Além disso, um estudo divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no

ano passado mostrou que todos os moradores de nove aldeias da Terra Indígena estavam contaminados por mercúrio. As comunidades ficavam próximas a garimpos. A coleta das amostras foi realizada em outubro de 2022, antes da força-tarefa implementada pelo atual governo.

Em resposta, a Fiocruz, junto com os ministérios dos Povos Indígenas e da Saúde, lançou, em maio deste ano, um manual para orientar ações de atendimento médico para indígenas com contaminação de mercúrio. Na carta enviada em julho, as lideranças ianomâmis também afirmaram que o manual não havia sido implementado ainda. “Tal documento, concebido com o intuito de orientar condutas clínicas e de vigilância em saúde frente ao grave cenário de contaminação mercurial na TI Yanomami, permanece sem qualquer previsão de aplicabilidade prática. Os profissionais de saúde que atuam em campo ainda não receberam treinamento específico, evidenciando mais uma vez a desconexão entre a formulação e a execução das políticas públicas voltadas às populações indígenas”, disseram as associações. Após a publicação da carta, ainda em julho, o Ministério do Meio Ambiente enviou uma equipe ao local para monitorar os níveis de metal no ambiente.

Já sobre a presença do garimpo ilegal no território, apesar de ainda haver atividade, ela foi reduzida em 98% desde março de 2024, com a abertura da Casa de Governo, uma estrutura de vários ministérios que coordena ações na terra Yanomami. Com a visita do presidente Lula ao território, a expectativa é que mais iniciativas sejam anunciadas para reforçar o atendimento na região.